



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

LEI Nº 138/94-PGPMP.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO E EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE PARINTINS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1995, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARINTINS, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, em sessão extraordinária realizada dia 13 de dezembro de 1994 - APROVOU e Eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º - Fica aprovado no orçamento do Município de Parintins, para o exercício financeiro de 1995 discriminados pelos anexos integrantes desta LEI e que estima a receita e fixa a despesa em R\$ 18.356.269,00 (Dezoito Milhões, Trezentos e Cincoenta e Seis Mil, Duzentos e Sessenta e Nove Reais), a proposta orçamentária do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins, que estima a receita e fixa a despesa em R\$ 569.265,00 (Quinhentos e Sessenta e Nove Mil, Duzentos e Sessenta e Cinco Reais), e Empresa de Desenvolvimento de Parintins, que estima a receita e fixa a despesa em R\$ 30.000,00 = (Trinta Mil Reais).

Art. 2º - A receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras, inclusive transferências feitas pela União, na forma da legislação em vigor, conforme anexo 01, obedecendo o seguinte desdobramento:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

02

1. RECEITAS CORRENTES:

1.1-Receita Tributária	R\$	440.009,00
1.3-Receita Patrimonial	R\$	114.506,00
1.5-Receita Industrial	R\$	85.512,00
1.7-Transferências Correntes	R\$	11.733.061,00
1.9-Outras Receitas Correntes	R\$	<u>143.507,00</u>
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	R\$	12.516.595,00

2. RECEITAS DE CAPITAL:

2.1-Alienação de Bens	R\$	-- 0 --
2.2-Transferências de Capital	R\$	<u>5.839.674,00</u>
TOTAL DA RECEITA DE CAPITAL	R\$	<u>5.839.674,00</u>
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$	18.356.269,00

Art. 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação do anexo 09, que representa a sua composição de acordo com o seguinte resumo:

1. POR ÓRGÃO E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

01- PODER LEGISLATIVO.

01. Câmara Municipal	R\$	1.775.168,00
----------------------------	-----	--------------

02- PODER EXECUTIVO.

01. Gabinete do Prefeito	R\$	844.228,00
02. Procuradoria Geral do Município.	R\$	71.006,00
03. Secretaria de Administração ...	R\$	1.362.923,00
04. Sec. de Planej. e Coord. Geral.	R\$	71.006,00
05. Sec. de Economia e Finanças....	R\$	887.584,00
06. Sec. de Comunicação Social.	R\$	164.090,00
07. Sec. de Educação e Desportos...	R\$	4.589.068,00
08. Sec. do Bem Estar Social.	R\$	783.424,00
09. Sec. de Saúde e Saneamento. ...	R\$	1.835.627,00
10. Sec. de cultura	R\$	695.154,00
11. Sec. de Desenv. Prod. Abastecimento.		962.067,00
12. Sec. de Transportes e Obras....	R\$	2.272.410,00
13. Sec. de Meio Amb. Serv. Urbanos.	R\$	1.447.695,00
14. Sec. Municipal de Turismo. ...	R\$	<u>595.449,00</u>

TOTAL GERAL DA DESPESAR\$ 18.356.269,00

.../...



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

03.

2. POR FUNÇÕES:

01- Legislativa	R\$ 1.775.168,00
03- Administração e Planejamento.	R\$ 3.390.207,00
04- Agricultura	R\$ 962.067,00
08- Educação e Cultura	R\$ 5.284.222,00
10- Habitação e Urbanismo	R\$ 717.695,00
11- Indústria, Comércio e Serviço. ...	R\$ 605.449,00
13- Saúde e Saneamento	R\$ 2.925.627,00
15- Assistência e Previdência	R\$ 783.424,00
16- Transportes e Obras	R\$ 1.912.410,00
TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS..	R\$ 18.356.269,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar a execução da despesa ao comportamento efetivo da receita.

Art. 5º - O Poder Executivo só poderá baixar do Patrimônio Municipal, com prévia autorização legislativa, os bens considerados inservíveis.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo, durante a execução orçamentária autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da Receita prevista no Orçamento.

Parágrafo Único - Do excesso de arrecadação, excluídas as exigências legais, obrigatoriamente deve o Executivo aplicar os percentuais previstos nos artigos 193 e 198 da Lei Orgânica do Município.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de créditos por antecipação da receita obedecendo o previsto no artigo 165 da Constituição Federal.

Art. 8º - O Orçamento analítico deve ser aprovado por decreto do Poder Executivo até o dia 31 de dezembro do ano em curso.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário, esta LEI entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1995.

PALÁCIO CORDOVIL, em 29 de dezembro de 1994.

Raimundo Reis Ferreira
PREFEITO MUNICIPAL DE PARINTINS